

VEGA

*Clipper*

veículo

A NOTÍCIA (Joinville - SC)

data

18 SET 1997

1537

## Presidente da Funai discute reivindicações

**Chapecó** — A procuradora da República, Ana Lúcia Hartmann, estará hoje no Toldo Pinhal, em Seara, para averiguar como está a situação entre os índios kaingangues e colonos que disputam uma área de 893 hectares. Alguns colonos se recusaram a receber indenização das terras que terão que devolver aos índios. A Funai já fez depósito judicial. Quem mais resiste é Valdir Giareta que possui 160 hectares de terras.

A questão do Toldo Pinhal não deverá ser discutida com o presidente da Fundação Nacional do Índio, Sulivan Silvestre Oliveira, que chega hoje a Chapecó e mantém audiências com caciques de reservas de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e com 19 prefeitos de cidades onde existem reservas indígenas.

Durante audiência com caciques que será realizada às 14h30 de hoje na Secretaria do Oeste, Sulivan Oliveira vai ouvir reivindicações nas áreas de saúde, educação e agricultura, que são de responsabilidade da Funai, conforme informou o administrador regional do orgão em Chapecó, Irani Cunha da Silva.

Uma das reivindicações será sobre a questão habitacional, já que os índios da região Sul do País não tem como construir casas com os próprios meios devido a falta de matéria prima. "Madeireiras particulares, posseiros e a própria Funai retiraram muita madeira das reservas e hoje os índios são dependentes", disse Irani Cunha da Silva.

Segundo ele, a Funai tem um plano para melhorar a qualidade de vida dos índios que vivem nas reservas, mas que merecerá o esforço também da União, dos Estados e dos municípios. Revelou que o secretário da Justiça e Cidadania, Wilson Pazini, já se manifestou favorável a iniciar discussão em torno desse projeto. "A Funai, por falta de recursos, não tem como atender as necessidades da nação indígena", argumentou.

Outro problema detectado pela Funai é a falta de funcionários que atuem permanentemente nas reservas. Com a promulgação da constituição de 88 foi proibida a contratação de pessoal.